RevHosp
Revista Hospitalidade

Anhembi Morumbi

Volume 23, 2006

Hospitalidade e hostilidade: estereótipos, expectativas e percepção de pertencimento dos descendentes de japoneses no Brasil

Hospitality and hostility: stereotypes, expectations, and the sense of belonging of Japanese descendants in Brazil

Hospitalidad y hostilidad: estereotipos, expectativas y la percepción de pertenencia de los descendientes de japoneses en Brasil

Morgan Yukawa da SILVA
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Ari da Silva FONSECA FILHO
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Annah Bárbara Pinheiro dos SANTOS
Universidade Federal Fluminense (UFF)

DATAS
Recebido: 16/09/2026
Aprovado: 22/10/2026

EDITADO POR
Diego Ribeiro Santos

RESUMO
A tensão entre os conceitos de hospitalidade e hostilidade permite compreender a experiência de japoneses e seus descendentes no Brasil, especialmente diante de práticas cotidianas que produzem diferenciação e tensionam o sentimento de pertencimento. Objetiva-se analisar como discursos e práticas de preconceito e estereotipação contribuem para a construção da alteridade e para a percepção de não pertencimento de japoneses e seus descendentes no Brasil. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e interpretativa, articulando pesquisa bibliográfica e documental, orientada pela Análise Crítica do Discurso. O corpus foi composto por produções audiovisuais do YouTube e matérias de sites, selecionados a partir da recorrência de manifestações

relacionadas à identidade, aparência, origem, nacionalidade, comportamento e expectativas atribuídas a pessoas de ascendência asiática. Os resultados foram organizados em três eixos: identificação do indivíduo como estrangeiro e tensionamento do pertencimento; homogeneização das populações asiáticas e apagamento das diferenças; e expectativas de comportamento e identidade atribuída. Evidenciou-se que a hostilidade pode assumir formas sutis, presentes em questionamentos sobre origem, classificações baseadas na aparência, generalizações e expectativas comportamentais. Conclui-se que o pertencimento não se reduz à inserção formal ou à autodefinição, sendo também tensionado pelo reconhecimento social, mantendo japoneses e seus descendentes na condição simbólica de "outros".

PALAVRAS-CHAVE
Hospitalidade, hostilidade, identidade nikkei, estrangeiro perpétuo, diáspora japonesa.

ABSTRACT
The tension between the concepts of hospitality and hostility helps understand the experience of Japanese people and their descendants in Brazil, particularly in the context of everyday practices that produce differentiation and challenge their sense of belonging. This article analyzes how discourses and practices of prejudice and stereotyping contribute to the construction of otherness and the perception of non-belonging. A qualitative, exploratory, and interpretive approach was adopted, combining bibliographic and documentary research Critical Discourse Analysis. The corpus comprised seven YouTube videos and eight websites, selected based on recurring manifestations related to identity, appearance, origin, nationality, behavior, and expectations attributed to people of Asian descent. The results were organized into three axes: the identification of individuals as foreigners and the tensioning of belonging; the homogenization of Asian populations and the erasure of differences; and expectations regarding behavior and attributed identity. The findings show that hostility can take subtle forms, expressed through questions about origin, appearance-based classifications, generalizations, and behavioral expectations. It is concluded that belonging also depends on social recognition, keeping Japanese people and their descendants in the symbolic position of "others".

KEYWORDS
Hospitality, hostility, nikkei identity, perpetual foreigner, japanese diaspora.

RESUMEN
La tensión entre los conceptos de hospitalidad y hostilidad permite comprender la experiencia de los japoneses y sus descendientes en Brasil, especialmente ante prácticas cotidianas que producen diferenciación y tensionan el sentimiento de pertenencia. Este artículo analiza cómo los discursos y prácticas de prejuicio y estereotipación contribuyen a la construcción de la alteridad y a la percepción de no pertenencia. Se desarrolló una investigación cualitativa, exploratoria e interpretativa, articulando investigación bibliográfica y documental, orientada por el Análisis Crítico del Discurso. El corpus estuvo compuesto por siete videos de YouTube y ocho sitios web, seleccionados por la recurrencia de manifestaciones relacionadas con identidad, apariencia, origen, nacionalidad, comportamiento y expectativas atribuidas a personas de ascendencia asiática. Los resultados se organizaron en tres ejes:

identificación como extranjero y tensionamiento de la pertenencia; homogeneización de las poblaciones asiáticas y borramiento de diferencias; y expectativas de comportamiento e identidad atribuida. Los hallazgos evidencian que la hostilidad puede asumir formas sutiles, expresadas en cuestionamientos sobre el origen, clasificaciones basadas en la apariencia, generalizaciones y expectativas de comportamiento. Se concluye que la pertenencia también depende del reconocimiento social, manteniendo a los japoneses y sus descendientes, en determinadas interacciones, en la posición simbólica de "otros".

PALABRAS CLAVE
Hospitalidad, hostilidad, identidad nikkei, extranjero perpetuo, diáspora japonesa.

1 Introdução

A hospitalidade relaciona-se ao acolhimento daquele que vem de fora, envolvendo cordialidade, respeito e abertura ao outro. Entretanto, o encontro com aquele percebido como diferente também pode produzir estranhamento, desconfiança e diferenciação. Essa tensão está presente na própria relação entre hospitalidade e hostilidade, retomada pelo filósofo Jacques Derrida (2003), para quem o acolhimento do estrangeiro envolve simultaneamente a possibilidade de aproximação ou de rejeição.

Essa problemática é relevante no caso de grupos que, embora inseridos em determinado território e integrados à sociedade, continuam sendo percebidos como diferentes. No Brasil, a presença japonesa remonta à chegada do navio Kasato Maru, em 1908, marco oficial da imigração japonesa no país (Kojima, 2009). Ao longo de mais de um século, a presença de imigrantes e seus descendentes contribuiu para a formação de comunidades, práticas culturais e intercâmbios entre as culturas japonesa e brasileira. Esse processo, contudo, também foi acompanhado pela produção de representações sociais que os diferenciavam da população brasileira. Discursos racialistas e orientalistas contribuíram para construir a imagem dos asiáticos como grupo cultural e racialmente distinto, representações que, ainda que sob novas formas, permanecem presentes no imaginário social e nas interações cotidianas.

A aparência física, constitui um dos principais elementos mobilizados nessa diferenciação. Descendentes de japoneses nascidos e criados no Brasil podem ser identificados como "japoneses" ou genericamente como "asiáticos", independentemente de sua nacionalidade, trajetória ou identificação. Desse modo, características fenotípicas podem funcionar como marcadores de uma diferença atribuída externamente, fazendo com que indivíduos socialmente reconhecidos como brasileiros sejam simbolicamente associados à condição de estrangeiros (Said, 2007).

Nesse contexto, a hostilidade nem sempre se manifesta por meio de agressões explícitas, podendo assumir formas aparentemente banais, como comentários, perguntas, piadas e brincadeiras apresentadas como curiosidade ou humor. Questionamentos sobre a origem ou a nacionalidade de uma pessoa, por exemplo, podem parecer inofensivos quando considerados isoladamente, mas sua recorrência pode produzir a necessidade de explicar continuamente a própria origem ou justificar o próprio pertencimento. A generalização de diferentes grupos asiáticos, a redução do indivíduo à aparência e as expectativas relacionadas ao comportamento

também podem atuar como formas sutis de diferenciação, interferindo nas experiências de identidade e pertencimento dos sujeitos.

A dificuldade de conciliar a identidade reconhecida pelo próprio indivíduo com aquela que lhe é atribuída socialmente produz, assim, uma tensão em torno do pertencimento. Embora sejam brasileiros por nascimento, trajetória e inserção social, descendentes de japoneses podem continuar sendo posicionados como diferentes a partir de seu fenótipo ou de uma origem presumida. O problema, portanto, não se restringe apenas à identificação de manifestações individuais de preconceito, mas envolve os mecanismos pelos quais determinadas formas de diferenciação são naturalizadas nas relações cotidianas.

Diante desse contexto, o artigo parte da seguinte questão: como as manifestações de hostilidade veladas dirigidas a japoneses e seus descendentes contribuem para a percepção de não pertencimento no Brasil? Sendo assim, o objetivo é analisar como discursos e práticas cotidianas de preconceito e estereotipação tensionam o sentimento de pertencimento entre japoneses e seus descendentes no Brasil.

Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, articulando pesquisa bibliográfica e documental. O *corpus* documental é composto por conteúdos publicados na internet, incluindo vídeos e matérias jornalísticas, nos quais são identificadas manifestações de preconceito, estereotipação e diferenciação dirigidas a pessoas de ascendência asiática. Este artigo parte de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora intitulado “Hospitalidade x Hostilidade: Os Japoneses e seus Descendentes no Brasil” (Yukawa da Silva, 2020), em que foram identificadas manifestações relacionadas à identidade, aparência física, língua, expectativas de comportamento e ao chamado mito da minoria modelo. Para o presente artigo, estabeleceu-se um recorte específico sobre identidade, alteridade e pertencimento, analisado à luz da análise crítica do discurso de Fairclough (2003).

Buscou-se compreender como manifestações naturalizadas no cotidiano podem posicionar japoneses e seus descendentes como “outros”, mesmo quando integram a sociedade brasileira e se reconhecem como parte dela. Ao discutir essas manifestações a partir da relação entre hospitalidade e hostilidade, o artigo contribui para a compreensão de formas sutis de exclusão e não reconhecimento, evidenciando que a experiência de pertencimento não depende apenas da inserção formal ou jurídica em uma sociedade, mas também do reconhecimento social do indivíduo como parte do “nós”.

Nesse sentido, a análise desloca o foco da hostilidade explícita para práticas cotidianas que, sob a aparência de humor, curiosidade ou cordialidade, podem reiterar fronteiras simbólicas entre aqueles percebidos como pertencentes e aqueles continuamente produzidos como diferentes. Sob a perspectiva da sociologia da cultura (Cuche, 1999) e dos estudos culturais (Hall, 2016), esses discursos materializam disputas de representação e estratégias de controle identitárias. As falas que cobram autenticidade ou recorrem ao humor racializado, examinado sob a ótica da psicologia social do racismo cordial (Lima & Vala, 2004) e semiótica discursiva por Bueno (2022), revelam a persistência de fronteiras simbólicas que buscam circunscrever os descendentes a papéis e expectativas identitárias previamente demarcadas.

2 Referencial teórico

Esta seção fundamenta-se na articulação interdisciplinar entre duas vertentes teóricas principais, primeiramente os estudos da hospitalidade, em diálogo com a antropologia da dádiva, e na psicologia social crítica, com ênfase nas relações intergrupais e nas manifestações do racismo recreativo e cordial. Com isso, a base conceitual apoia-se nos estudos da antropologia moral da dádiva de Mauss (2003) em estreita interlocução com a filosofia da alteridade de Derrida (2003), a hospitalidade de Lashley e Morrison (2004) e na análise etimológica de Spolon (2011). Essa escolha epistemológica orienta-se pela necessidade de desvencilhar a hospitalidade de uma leitura pautada apenas na cortesia ou na prestação de serviços comerciais. Com isto, objetiva-se compreendê-la como uma relação social e ética inerentemente tensa e sob essa ótica, o encontro com o "outro" mantém a diferença e estabelece as condições regulatórias da acolhida.

A partir destas convergências torna-se possível investigar em que termos o imigrante e seus descendentes têm sua singularidade reconhecida ou são mantidos em uma condição permanente de exterioridade. Soma-se a estes a interlocução com os estudos da imigração, mobilizando as contribuições do historiador Lesser (2001), sob a abordagem da historiografia social da etnicidade e da negociação da identidade nacional, e de Kojima (2009), sob a perspectiva dos estudos demográficos e populacionais dos fluxos migratórios. Assim, ilustra-se como a sucessão das fases migratórias e as disputas em torno da assimilação e da composição étnica da população brasileira estruturaram as bases concretas e os limites da hospitalidade oferecida aos japoneses e seus descendentes.

Em continuidade, o arcabouço teórico se amplia a partir de autores da área de psicologia social ao mobilizar as contribuições de Lima e Vala (2004) sobre as novas formas de expressão do preconceito e os processos de racialização pela naturalização das diferenças corporais. Essas reflexões articulam-se à taxonomia das micro agressões raciais formuladas por Sue et al. (2007). A elucidação dessas escolhas reside no propósito de focar a análise nas práticas discursivas cotidianas, ambivalentes e aparentemente inofensivas, superando a análise restrita aos episódios de hostilidade aberta. Pretende-se demonstrar, assim, que perguntas sobre origem, brincadeiras com traços físicos e expectativas compulsórias de comportamento constituem mecanismos ideológicos que reiteram fronteiras simbólicas e produzem a experiência de não pertencimento de japoneses e seus descendentes no Brasil, distanciando-se de meras “gafes interpessoais”.

2.1 Hospitalidade, hostilidade e a construção histórica do “outro” no contexto da imigração japonesa

A hospitalidade não se restringe ao ato de receber alguém de maneira cordial, mas envolve uma relação estabelecida com aquele que ocupa a posição de outro. Lashley e Morrison (2004) associam a hospitalidade à oferta de alimentos, bebidas e acomodação, mas também às relações de mutualidade, troca e reconhecimento estabelecidas entre os envolvidos. Sob a ótica da

antropologia da dádiva de Mauss (2003), a troca possui uma dimensão moral, uma vez que contribui para produzir vínculos e sentimentos de amizade. A hospitalidade, portanto, pressupõe uma disposição para estabelecer relações com aqueles que não pertencem originalmente ao espaço do anfitrião.

Na relação construída com aquele que vem de fora evidencia-se a proximidade entre hospitalidade e hostilidade. Spolon (2011) chama atenção para a relação etimológica entre termos associados ao anfitrião, ao estrangeiro e à hostilidade, indicando uma tensão constitutiva do próprio encontro com o outro. O estrangeiro pode ser acolhido, mas também percebido como ameaça, estranho ou alguém cuja presença precisa ser regulada. A hospitalidade, nesse sentido, não elimina a diferença, mas se estabelece a partir dela e, por isso, envolve também os limites que definem quem pode ser reconhecido como pertencente.

O reconhecimento do outro pode ser substituído por processos de classificação nos quais indivíduos são interpretados a partir de características atribuídas ao grupo ao qual supostamente pertencem. A diferença deixa de ser apenas uma característica da diversidade social e passa a funcionar como marcador de fronteiras. A aparência, a origem, a nacionalidade presumida e outros atributos socialmente significados podem anteceder o conhecimento do indivíduo e orientar as expectativas construídas sobre o mesmo. Nessa perspectiva, a produção do "outro" não depende necessariamente de uma exclusão formal, podendo ocorrer também pela atribuição reiterada de uma identidade que o distancia do grupo considerado como "nós".

A experiência histórica dos japoneses no Brasil permite observar essa dinâmica uma vez que a imigração japonesa teve como marco oficial a chegada do Kasato Maru ao porto de Santos, em 1908, durante a Primeira República (1889–1930), inicialmente vinculada à demanda por mão de obra agrícola para suprir a carência de trabalhadores nas fazendas de café paulistas após a abolição da escravidão em 1888. Esse processo pós-abolição foi profundamente condicionado pelo projeto de construção da identidade nacional forjado pelas elites políticas e intelectuais da época. A partir da perspectiva da Sociologia, Seyferth (1996) aponta que, sob a influência direta das teorias do racismo científico, do darwinismo social e dos ideários eugenistas em voga na passagem do século XIX para o XX, o projeto hegemônico de nação estabelecia que a modernização, a civilidade e o progresso do país dependiam intrinsecamente do branqueamento da população e de sua aproximação com os padrões europeus. Sob esse cenário conjuntural a população negra recém-liberta e os trabalhadores nacionais foram deliberadamente marginalizados do mercado de trabalho assalariado e do projeto de cidadania, sob o argumento racista de que seriam indolentes, viciosos e inaptos à disciplina capitalista (Mori, 2022).

A política estatal de incentivo e subsídio à imigração estrangeira foi desenhada, portanto, para atrair exclusivamente trabalhadores brancos, europeus e católicos, embora esse modelo ideal de branqueamento tenha sofrido um colapso prático com a escassez de mão de obra europeia, agravada decisivamente pela promulgação do Decreto Prinetti, em 1902, pelo governo italiano, que proibiu a emigração subsidiada para o Brasil diante dos maus-tratos e da violência enfrentados pelos colonos nas fazendas de café paulistas (Komino et al., 2024).

Diante da urgência econômica das lavouras cafeeiras e da falta de mão de obra, a oligarquia paulista e o governo brasileiro recorreram aos trabalhadores japoneses, instaurando uma profunda contradição no projeto de identidade nacional que se por um lado, pelo prisma econômico, os imigrantes nipônicos eram aceitos como mão de obra laboriosa, disciplinada e necessária, por outro, a partir do prisma racial, eram vistos como um elemento não branco que ameaçava o projeto civilizatório de branqueamento, gerando o temor de que sua introdução representasse uma "degeneração" biológica ou um desvio do ideal de nação eurocêntrica (Lesser, 2001).

Segundo Kojima (2009), entre 1925 e 1941 ocorreu uma intensificação do fluxo migratório, com a entrada de aproximadamente 150 mil imigrantes e a expansão de comunidades e instituições japonesas no país. A presença japonesa, contudo, desenvolveu-se em meio a debates sobre nacionalidade, assimilação e formação da população brasileira, especialmente em um contexto marcado por concepções racialistas e nacionalistas que privilegiavam o ideal de branqueamento e temiam a formação de "quistos étnicos" inassimiláveis (Lesser, 2001).

Nesse período, durante o primeiro governo Getúlio Vargas (1930–1945), políticas nacionalistas restringiram a atuação de diferentes grupos imigrantes, entre eles os japoneses, considerados por determinados setores como de difícil integração à identidade nacional, como discutido pelo cientista político Ueno (2019). A Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 representa um momento importante desse processo, quando a imigração japonesa foi associada ao chamado “perigo amarelo”, expressão que condensava representações sobre uma suposta ameaça racial e nacional, resultando na aprovação de um sistema restritivo de cotas migratórias inserido na Constituição de 1934 (Takeuchi, 2008). Posteriormente, durante o Estado Novo (1937-1945), medidas da Campanha de Nacionalização deflagradas a partir de 1938 atingiram instituições, práticas culturais e formas de expressão de comunidades de imigrantes. A socióloga Sakurai (2000) elucidou que tais políticas impuseram o fechamento de escolas e jornais comunitários, além da proibição da fala do idioma japonês em espaços públicos, reforçando a necessidade de adequação aos padrões definidos como nacionais. Esse cenário de hostilidade institucional intensificou-se drasticamente com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) e o rompimento diplomático do Brasil com os países do Eixo em 1942, momento em que os imigrantes passaram a ser vigiados como "súditos do Eixo", sofrendo restrições de locomoção, confisco de bens materiais e prisões arbitrárias. Ademais, como apontado por Kimura (2006), sob a alegação estatal de que representavam potenciais espiões do inimigo, os japoneses e seus descendentes receberam ordens de expulsão sumária de regiões litorâneas, como nas cidades Paranaenses de Antonina e Paranaguá.

Essas representações não desapareceram com a mudança das políticas migratórias. Após a Segunda Guerra Mundial superadas as tensões imediatas do pós-guerra e da cisão interna da comunidade em 1945–1946, a retomada da imigração japonesa, entre as décadas de 1950 e 1970 - favorecida pelo restabelecimento das relações diplomáticas bilaterais em 1952 e pelo alinhamento geopolítico ocidental na Guerra Fria - ocorreu em um cenário distinto. Observou-se a

entrada de trabalhadores qualificados e a consolidação das comunidades nipo-brasileiras (Kojima, 2009). Paralelamente, determinados discursos passaram a valorizar atributos associados aos japoneses, tais como disciplina, educação, organização e contribuição para o desenvolvimento econômico, consolidando a transição ideológica para o mito da "minoria modelo" ou "minoria positiva", conceito investigado no campo da psicologia social por Nakamura e Ambra (2025). A imagem social do grupo, portanto, deslocou-se de representações associadas à ameaça para representações mais positivas, sem que isso significasse o desaparecimento das fronteiras simbólicas e da lógica da hospitalidade condicional que diferenciavam os japoneses e seus descendentes da população considerada brasileira, perpetuando sua interpelação social como "eternos estrangeiros" em sua própria terra nativa, fenômeno explicado a partir das fronteiras étnicas conceituadas pelo antropólogo Barth (2000).

Esse deslocamento evidencia que a relação entre acolhimento e rejeição não se organiza de maneira linear. A valorização de determinadas características de um grupo pode coexistir com sua diferenciação em relação à sociedade mais ampla. O outro pode ser admirado, incorporado ou valorizado justamente por características que continuam sendo atribuídas à sua origem étnica. Assim, a aproximação social não implica necessariamente o desaparecimento da diferença como princípio de classificação.

No caso dos japoneses e seus descendentes, essa distinção é significativa quando a origem étnica passa a ser associada à aparência física. A permanência dessa associação permite que sujeitos nascidos ou socializados no Brasil sejam identificados a partir de uma origem presumida, independentemente de sua nacionalidade ou de sua própria identificação. A aparência pode, dessa forma, funcionar como um marcador que atualiza uma diferença historicamente construída e mantém determinados indivíduos em uma posição simbólica de exterioridade.

A construção do outro, portanto, não deve ser compreendida apenas como resultado de episódios explícitos de rejeição. Ela também pode ser produzida por classificações e expectativas que aparentemente reconhecem o indivíduo, mas o fazem prioritariamente a partir de uma identidade étnica atribuída. A hospitalidade torna-se uma questão de reconhecimento, ou seja, não basta a presença física ou a inserção formal em determinado espaço social, é necessário que o indivíduo seja reconhecido em sua singularidade, sem que a diferença seja convertida em condição permanente de exterioridade.

É a partir dessa perspectiva que a relação entre hospitalidade e hostilidade contribui para compreender as experiências contemporâneas de japoneses e seus descendentes no Brasil. As fronteiras entre acolhimento e rejeição podem ser reproduzidas mesmo quando não há uma recusa explícita da presença do outro. Práticas sociais aparentemente cordiais podem reiterar classificações e diferenças historicamente constituídas, mantendo determinados sujeitos associados à condição de estrangeiros. O conceito de hospitalidade, articulado à produção da alteridade, permite, assim, analisar não apenas quem é recebido, mas também em que condições o outro é reconhecido como parte do “nós”.

2.2 Preconceito, xenofobia e manifestações de hostilidade velada

A compreensão das manifestações de hostilidade dirigidas a japoneses e seus descendentes exige distinguir conceitos que, embora relacionados, não são equivalentes. Preconceito, estereótipo, xenofobia e racismo permitem abordar diferentes dimensões dos processos de classificação e diferenciação social, especialmente quando características atribuídas a um grupo passam a orientar a percepção e o tratamento de seus indivíduos.

O preconceito pode ser entendido como um julgamento prévio acerca de indivíduos ou grupos, sustentado por crenças, valores e representações socialmente compartilhadas. Não se trata, portanto, apenas de uma atitude individual, pois sua produção e reprodução estão relacionadas aos significados construídos socialmente sobre determinados grupos. O preconceito pode manifestar-se por meio de avaliações, expectativas e formas de tratamento que antecedem o conhecimento das características particulares do indivíduo.

Os estereótipos constituem um dos mecanismos por meio dos quais esse processo ocorre. Em seus estudos sobre Cultura, o sociólogo Hall (2016) observa que a estereotipagem reduz a complexidade dos indivíduos a um conjunto limitado de características, fixando representações que passam a ser tomadas como próprias de todo um grupo. Nesse processo, diferenças individuais são apagadas e determinados atributos tornam-se signos utilizados para classificar sujeitos. O estereótipo, portanto, não apenas simplifica a realidade, mas produz uma representação relativamente estável daquele que é percebido como diferente.

Essa dinâmica é especialmente relevante quando aparência, origem ou pertencimento étnico são associados a características comportamentais ou culturais presumidas. A aparência deixa, então, de ser apenas um traço individual e passa a funcionar como marcador social a partir do qual se estabelecem expectativas sobre quem é o indivíduo e como ele deveria agir. A classificação pode ocorrer, assim, antes mesmo de qualquer conhecimento efetivo sobre sua trajetória, identidade ou pertencimento.

Nesse processo de diferenciação, a xenofobia ocupa um lugar específico. O termo remete à aversão ou hostilidade dirigida àquele que é percebido como estrangeiro (Comandulli, 2014). Embora frequentemente relacionada à nacionalidade ou à condição migratória, sua manifestação social não depende necessariamente de uma diferença jurídica entre nacionais e estrangeiros. Determinados sujeitos podem ser percebidos como externos à comunidade a partir de características que os associam, socialmente, a uma origem considerada estrangeira. Essa dimensão é particularmente importante para a análise de descendentes de japoneses, uma vez que seus fenótipos podem contribuir para sua identificação como estrangeiros mesmo quando sua trajetória e sua identidade estão vinculadas ao Brasil.

A xenofobia pode, nesse sentido, articular-se a processos de racialização. Lima e Vala (2004) discutiram como as novas formas de expressão do preconceito e do racismo podem operar por meio da naturalização de diferenças entre grupos. Características socialmente construídas passam a ser percebidas como evidências de diferenças profundas e inerentes aos indivíduos. A classificação baseada na aparência contribui para esse processo quando transforma determinados

traços físicos em sinais de origem, cultura ou comportamento.

O racismo, por sua vez, não se limita às manifestações explícitas de rejeição. Pode também ser reproduzido por práticas e representações naturalizadas no cotidiano, que adquirem aparência de normalidade. A partir da perspectiva da ciência política, Bersani (2017) destacou que o racismo estrutural se relaciona à reprodução de desigualdades e representações no interior das relações sociais, ultrapassando a dimensão de atos individuais isolados. Para este estudo, essa perspectiva é relevante porque permite observar como determinadas formas de diferenciação podem ser reproduzidas sem necessariamente serem reconhecidas como discriminatórias pelos sujeitos envolvidos.

É nesse espaço de aparente normalidade que se insere o conceito de micro agressões. As psicólogas Sue et al. (2007), em estudo sobre a experiência de asiático-americanos, identificam manifestações sutis de diferenciação relacionadas, entre outros aspectos, à estrangeirização do indivíduo em seu próprio país, à atribuição de inteligência, à exotização e à invalidação das diferenças entre grupos asiáticos. Embora esse conceito tenha sido desenvolvido a partir de outro contexto nacional, ele oferece uma ferramenta analítica para compreender como comentários, perguntas, expectativas e generalizações aparentemente banais podem comunicar mensagens de diferenciação racial e étnica. No presente estudo, portanto, o conceito é utilizado como recurso interpretativo, sem pressupor equivalência entre as experiências asiático-americanas e nipo-brasileiras.

A sutileza dessas manifestações também pode ser compreendida a partir das discussões de Lima e Vala (2004) sobre as novas formas de expressão do preconceito. Os autores demonstram que a condenação social de formas abertamente racistas não elimina necessariamente práticas discriminatórias, que podem assumir formas menos explícitas nas relações interpessoais. Entre as formulações discutidas pelos autores está o chamado “racismo cordial”, caracterizado pela coexistência entre uma aparência de cordialidade e manifestações discriminatórias. Embora o conceito tenha sido desenvolvido a partir das relações raciais brasileiras envolvendo, sobretudo, a população negra, sua discussão contribui, neste artigo, para pensar em uma questão mais específica: a possibilidade de que humor, brincadeira, curiosidade ou aparente elogio funcionam como formas socialmente aceitáveis de reproduzir diferenciações. Trata-se, portanto, de uma aproximação analítica, e não da afirmação de que as diferentes experiências de racialização sejam equivalentes.

A importância dessas manifestações está menos na intenção declarada de quem as produz do que naquilo que sua repetição comunica e naturaliza. Uma pergunta sobre origem, uma generalização ou um comentário sobre determinada característica física pode parecer insignificante quando considerado isoladamente. Entretanto, quando práticas desse tipo se repetem, podem reforçar representações sobre quem pertence a determinado grupo e quais características supostamente o definem. A hostilidade velada não depende, portanto, de uma declaração explícita de rejeição uma vez que pode operar pela repetição de classificações que mantêm a diferença em evidência.

No caso dos japoneses e seus descendentes, essa perspectiva permite compreender a hostilidade como um processo de diferenciação que pode assumir formas simultaneamente sutis e recorrentes. A identificação pela aparência, a atribuição de uma origem presumida, a generalização de diferentes grupos asiáticos e a associação entre pertencimento étnico e determinados comportamentos constituem manifestações distintas de um mesmo processo de classificação do outro. A questão central não é apenas se determinado enunciado é ofensivo em si, mas como ele participa de representações que posicionam o indivíduo a partir de uma identidade previamente atribuída.

Assim, preconceito, estereótipo, xenofobia, racismo e micro agressões são mobilizados neste artigo como conceitos complementares para compreender a produção cotidiana da diferença. Em conjunto, permitem deslocar a análise de episódios explicitamente hostis para práticas aparentemente banais que podem reiterar fronteiras entre o "nós" e o "outro". É a partir dessa perspectiva que os resultados serão analisados, buscando identificar como a estrangeirização, a homogeneização e as expectativas relacionadas à identidade e ao comportamento participam da construção de experiências de não pertencimento.

3 Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, com pesquisa bibliográfica e documental, ancorada na área da Linguística Aplicada por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2003). A abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto, voltado à compreensão de como discursos e representações sociais participam da construção da identidade, alteridade e pertencimento de japoneses e seus descendentes no Brasil, não se pretendendo mensurar estatisticamente manifestações preconceituosas, mas interpretar os sentidos e relações sociais e ideológicas que as atravessam.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros, artigos, dissertações, teses e outras produções relacionadas à hospitalidade, hostilidade, alteridade, identidade, pertencimento, preconceito, estereótipo, racialização e relações étnicas. A pesquisa documental concentrou-se em fontes audiovisuais disponíveis na internet (YouTube, sites e portais de informação). A escolha dessas fontes relacionou-se ao contexto da pandemia de COVID-19, que restringiu o acesso a documentos físicos e à natureza do objeto, considerando as plataformas digitais espaços de circulação e reprodução de discursos e representações sociais.

Os dados foram extraídos de fontes documentais de circulação pública *online*, com foco em registros e produções culturais em primeira pessoa que refletem o cotidiano e a experiência vivida por seus autores. Assim, a constituição do *corpus* iniciou-se com a busca por manifestações de preconceito relacionadas a japoneses e seus descendentes, utilizando os termos "preconceito contra japoneses", "estereótipos japoneses" e "preconceito contra *nikkeis*[1]". Foram priorizadas publicações situadas entre 2013 e 2020, cobrindo o período recente de intensificação dos debates

[1] São os emigrantes japoneses e seus descendentes nascidos fora do Japão.

sobre representatividade em redes sociais e as eclosões de hostilidade no início da crise sanitária global.

A triagem evidenciou a reduzida quantidade de conteúdos exclusivamente voltados aos japoneses, predominando materiais sobre pessoas asiáticas em geral. Como foram identificadas manifestações semelhantes dirigidas a japoneses, chineses, coreanos e outros grupos socialmente classificados como asiáticos, repetidas vezes a partir da aparência e não da nacionalidade efetiva, os buscadores foram ampliados para "preconceito contra asiáticos", "racismo anti-asiático" e "estereótipos asiáticos". Essa ampliação não significou o abandono do objeto, mas a adequação do material de pesquisa à dinâmica encontrada nas fontes, especialmente aos discursos que homogeneízam diferentes populações sob a categoria "asiático".

O plano inicial previa delimitar a coleta ao estado do Rio de Janeiro. No entanto, o levantamento exploratório revelou que os imaginários, piadas e abordagens preconceituosas se repetiam de modo análogo em outras regiões do território nacional, justificando a ampliação também do escopo para materiais situados no contexto do país como um todo.

Em relação às produções audiovisuais encontradas no *Youtube*, com o refinamento a partir das palavras chaves delimitadas, foram identificados 17 vídeos, os quais foram classificados em três categorias analíticas: (1) Relatos e debates: produções em formato de entrevista, depoimento crítico ou conversa entre descendentes (duração média entre 20 e 50 minutos), focadas em discriminação, estigmatização e identidade; (2) Conteúdos humorísticos: esquetes e vídeos curtos (até 5 minutos) que satirizavam frases e episódios corriqueiros vivenciados por asiático-brasileiros; (3) Materiais noticiosos: reportagens sobre episódios públicos de discriminação e agressões associadas à pandemia de COVID-19.

A partir dessa triagem inicial, foram selecionados sete (7) vídeos por apresentarem de forma mais direta e objetiva as mais recorrentes expressões, estereótipos, estigmas e situações de discriminação, sendo eles: Coisas que asiáticos brasileiros sempre ouvem (Yo Ban Boo, 2016); Asiáticos estão cansados de ouvir ft. Isis Tomie e Sisi Liao (Dr Oficial, 2019); Situações que mestiços de asiáticos já passaram (Yo Ban Boo, 2016); O que todo asiático tem que aguentar no Brasil (Teri Kim, 2019); Frases que japoneses ouvem (ou já ouviram) (Lucas Felipe Madeo, 2015); 5 perguntas bizarras de brasileiros para mim (Coreaníssima, 2020); e Asiáticos brasileiros no Brasil (Yo Ban Boo, 2016).

A seleção considerou a pertinência ao problema de pesquisa e a recorrência das manifestações, priorizando conteúdos de criadores de ascendência asiática que relataram ou denunciavam experiências cotidianas e apresentavam expressões e imaginários atribuídos às populações asiáticas no Brasil.

Ademais, foram selecionados oito sites e portais, considerando coerência temática, presença de manifestações de preconceito, estereótipos ou discussões sobre representatividade e possibilidade de identificar recorrências. Foram incluídas fontes produzidas por pessoas de ascendência asiática e veículos sem vínculo direto com esses grupos, mas que abordavam preconceito e representação experienciadas pelos autores.

O corpus final reuniu: *Hypeness*, com "Ele desenhou os motivos pelos quais não devemos chamar asiáticos de 'japa' e dizer que são todos iguais" (2017) e "Ensaio mostra pessoas segurando frases com preconceitos que sofrem" (2013); *Superela*, com "11 coisas racistas que seus amigos orientais estão cansados de ouvir" (2017); *Revista Trip*, com "Meu nome não é japa: o preconceito amarelo" (Ito, 2020); *Outra Coluna*, com "Pequeno manual em 15 dicas de como não ofender seu amigo descendente de japoneses" (2016); *BuzzFeed*, com "Por que você não deveria chamar seus colegas asiáticos de "china" ou "japa"?" (2018) e "16 perguntas que mestiços nipo-brasileiros não aguentam mais ouvir" (2017); e *BBC Brasil*, com "Não toleramos mais": por que velhas piadas estão inflamando debate sobre racismo entre descendentes de asiáticos no Brasil" (2017). A recorrência e a comparabilidade foram consideradas na seleção, especialmente porque muitas matérias se organizavam em listas, tópicos ou sequências de exemplos, permitindo comparar manifestações semelhantes. Conteúdos essencialmente duplicados foram descartados.

O material empírico final totalizou 15 documentos, sendo eles: 7 produções audiovisuais do Youtube e 8 matérias de portais e sites informativos, os quais apresentam formatos e objetivos comunicativos heterogêneos. Trata-se de um conjunto qualitativo e intencional, definido pela recorrência, pertinência temática e potencial analítico, sem pretensão de representar quantitativamente a totalidade das manifestações de preconceito contra japoneses, seus descendentes ou outras populações asiáticas no Brasil.

Dessa seleção, é possível identificar os documentos voltados especificamente a japoneses e *Nikkeis*: (1) o vídeo "Frases que japoneses ouvem (ou já ouviram)" de Lucas Felipe Madeo (2015); (2) a matéria "Pequeno manual em 15 dicas de como não ofender seu amigo descendente de japoneses" do portal Outra Coluna, de autoria de Tami Tahira (2016); (3) a matéria "16 perguntas que mestiços nipo-brasileiros não aguentam mais ouvir" do *BuzzFeed Brasil*, com autoria de Juliana Kataoka (2017); (4) a reportagem "Meu nome não é japa: o preconceito amarelo" da *Revista Trip*, em entrevista com a quadrinista Carol Ito, 2020). Em vista disso, como já explicado anteriormente, o levantamento demonstrou a escassez de conteúdos voltados de forma exclusiva a *nikkeis.* Assim, fez-se necessária a ampliação da busca para materiais sobre asiáticos como um todo, evidenciando que os relatos de tais grupos convergiam para as mesmas situações de discriminação.

Para assegurar que as manifestações analisadas não fossem tratadas como impressões subjetivas ou falas soltas de senso comum, os discursos foram transcritos, catalogados e tabulados em matrizes analíticas de frequência e recorrência. Posteriormente, montou-se um quadro (Quadro 1, p. 14) no qual apresentam-se os discursos/imaginários mencionados e as respectivas fontes em que foram identificadas.

Ao analisar a manifestação dessas expressões, observa-se que as denúncias partem de sujeitos inseridos no debate público contemporâneo: no jornalismo e na comunicação digital, manifestam-se produções como as de Tahira (2016), Kataoka (2018) e Ito (2020), convergindo com as narrativas audiovisuais de criadores de conteúdo do YouTube (DR Oficial, 2019; Madeo, 2015; Yo Ban Boo, 2016).

Quadro 1 - Discursos e imaginários recorrentes sobre pessoas amarelas e suas respectivas fontes de circulação

Discursos e imaginários	Sites e portais	Canais do *Youtube*
"Mas você é japonês, coreano ou chinês?"; "Você é o que?"; "Você é nissei, sansei ou não sei?"	Hypeness (2013, 2017); Superela (2017); Revista Trip (2020); Outra coluna (2016); Buzzfeed (2017; 2018)	Yo Ban Boo[2] Dr Oficial Yo Ban Boo[3] Lucas Felipe Madeo Yo Ban Boo[4]
"Asiático é tudo igual"	Hypeness (2017); Superela (2017); Outra coluna (2016); Buzzfeed (2017)	Yo Ban Boo[2] Dr Oficial Teri Kim
"Você não é asiático de verdade"; "Você é asiático do Paraguai"	Hypeness (2013, 2017)	Yo Ban Boo[2] Dr Oficial Yo Ban Boo[3] Lucas Felipe Madeo
"Tinha que ser japonês!"; "Japonês é sempre bom em matemática"; "Todo japonês é inteligente".	Hypeness (2017); Superela (2017); Revista Trip (2020); Outra coluna (2016); Buzzfeed (2017, 2018); BBC Brasil (2017)	Yo Ban Boo[2] Dr Oficial Lucas Felipe Madeo Teri Kim Yo Ban Boo[4]

Fonte: os autores (2026) com base em Yukawa da Silva (2020, p. 50-51).

A análise foi orientada pela ACD de Fairclough (2003), compreendendo o discurso como prática social constitutiva de relações, identidades, representações e disputas por significados e poder. Os enunciados foram analisados em dimensões textual, discursiva e social. Inicialmente, foram identificados e organizados discursos, expressões, perguntas, comentários, estereótipos e classificações relacionados à aparência, origem, nacionalidade, língua, comportamento e expectativas atribuídas às pessoas asiáticas. Em seguida, foram examinadas escolhas lexicais, formas de nomeação, generalizações, associações entre aparência e nacionalidade, pressupostos identitários e atribuições comportamentais, buscando compreender como os sujeitos são posicionados em relação à categoria "asiático" e quais características são apresentadas como naturais ou inerentes ao grupo.

Posteriormente, considerou-se a recorrência entre diferentes fontes e sua relação com discursos mais amplos, especialmente a estrangeirização de descendentes, a homogeneização das populações asiáticas, o estereótipo da "minoria modelo", a associação entre aparência e nacionalidade e as expectativas de comportamento. Por fim, os resultados foram articulados ao contexto histórico e social, buscando compreender como essas manifestações produzem

[2] Coisas que asiáticos brasileiros sempre ouvem.

[3] Situações que mestiços de asiáticos já passaram.

[4] Asiáticos brasileiros no Brasil.

fronteiras simbólicas entre brasileiros e asiáticos, sobretudo quando indivíduos nascidos e socializados no Brasil são reiteradamente posicionados como estrangeiros ou vinculados a uma identidade definida por sua aparência.

A partir desse percurso, os resultados foram organizados em três eixos: (1) identificação do indivíduo como estrangeiro e tensionamento do pertencimento; (2) homogeneização das populações asiáticas e apagamento das diferenças; e (3) expectativas de comportamento e identidade atribuída. Esses eixos resultaram do diálogo entre levantamento documental, recorrência dos enunciados e referencial teórico. A recorrência foi entendida como presença de manifestações semelhantes em diferentes materiais, contextos ou fontes, indicando a circulação de sentidos sociais. Assim, questionamentos sobre origem ou nacionalidade, generalizações, atribuições comportamentais e comentários sobre aparência foram analisados como manifestações de sentidos socialmente compartilhados, e não como episódios isolados.

A análise considerou, ainda, as condições históricas de produção das representações sobre populações asiáticas no Brasil, relacionando os materiais contemporâneos a processos como a construção do perigo amarelo, a racialização, a produção de estereótipos e o imaginário da "minoria modelo". Embora o material inclua diferentes grupos asiáticos, o eixo central permanece na experiência de japoneses e seus descendentes. A inclusão de outros grupos decorre da própria dinâmica discursiva, na qual diferentes nacionalidades são homogeneizadas sob a categoria "asiático". Esses materiais não são utilizados para equiparar experiências históricas de japoneses, chineses, coreanos e outros grupos, mas para analisar o mecanismo de generalização que reúne diferentes identidades a partir de marcadores fenotípicos e de uma suposta origem comum.

Por fim, os resultados foram articulados aos conceitos de hospitalidade, hostilidade, identidade e pertencimento, permitindo compreender como manifestações aparentemente banais, perguntas sobre origem, comentários sobre características físicas, generalizações, piadas e expectativas de comportamento, podem adquirir dimensão de hostilidade ao reiterar o indivíduo como "outro" e tensionar seu pertencimento ao espaço social brasileiro.

4 Resultados e Discussão

A análise dos enunciados coletados evidencia que as manifestações de preconceito dirigidas a japoneses e seus descendentes excedem as expressões explicitamente ofensivas. Em diferentes situações, a diferenciação étnica aparece incorporada a perguntas, brincadeiras, generalizações, elogios e expectativas que, embora possam ser apresentadas como espontâneas ou cordiais, produzem sentidos sobre quem é reconhecido como pertencente à sociedade brasileira. O aspecto central identificado nos dados, portanto, concentra-se na recorrência de formas de classificação que antecedem o reconhecimento do indivíduo em sua singularidade.

Essa dinâmica pode ser observada em três dimensões articuladas: a identificação do indivíduo como estrangeiro, a homogeneização de diferentes grupos asiáticos e a atribuição de expectativas relacionadas à identidade e ao comportamento. Embora distintas, essas

manifestações participam de um mesmo processo de produção da diferença: a aparência e a ascendência são mobilizadas como sinais a partir dos quais se presume quem o indivíduo é, de onde deveria ser e como deveria agir. Desse modo, a diferença étnica deixa de constituir apenas uma característica entre outras e passa a organizar a interação social.

A análise dos resultados, portanto, parte da compreensão de que a hostilidade velada opera menos pela rejeição direta do outro do que pela produção recorrente de sua exterioridade. É nesse sentido que os três eixos apresentados a seguir permitem compreender como práticas aparentemente banais podem tensionar experiências de pertencimento.

4.1 Identidade, estrangeirização e pertencimento

Um dos resultados significativos do conjunto de dados é a recorrência de situações nas quais a identidade de japoneses e seus descendentes é imediatamente relacionada à sua origem étnica. Perguntas como “Mas você é japonês, coreano ou chinês?”, “Você é o quê?” e “Você é *nissei, sansei* ou não sei?” aparecem como formas de identificação que parecem buscar uma informação objetiva, mas que adquirem outro significado quando consideradas em sua recorrência e em relação àqueles a quem são dirigidas.

A questão analítica não está, portanto, na pergunta sobre a ascendência em si. Conhecer a origem familiar de alguém não constitui necessariamente uma manifestação de preconceito. O que os enunciados evidenciam é a transformação da ascendência em um princípio de identificação prioritário. Antes que o indivíduo seja reconhecido por seu nome, trajetória, profissão, personalidade ou pelas identidades que reivindica para si, sua aparência pode desencadear a necessidade de explicar de onde é. A classificação, nesse caso, antecede o conhecimento do indivíduo em si.

Essa operação discursiva pode ser aprofundada à luz dos estudos pós-coloniais e da crítica cultural de Said (2007) ao Orientalismo. Conforme o autor, a categoria do "oriental" deriva de uma construção discursiva formulada pelo olhar ocidental que produz, classifica e examina o "outro". No contexto dos nipo-brasileiros, o fenótipo deixa de ser um mero traço físico e passa a atuar como um marcador discursivo de exterioridade, fazendo com que indivíduos nascidos e criados no Brasil continuem sendo simbolicamente posicionados como estrangeiros.

Esse processo produz uma tensão entre identidade atribuída e identidade reivindicada. Um sujeito pode reconhecer-se como brasileiro e, simultaneamente, ser interpelado a partir de uma identidade japonesa e asiática que lhe é atribuída externamente. A insistência nessa classificação produz uma espécie de deslocamento onde aquilo que para o indivíduo pode constituir apenas uma dimensão de sua história familiar passa a funcionar, para o interlocutor, como sua principal chave de identificação.

A recorrência desse mecanismo é importante porque mostra que o pertencimento não é determinado exclusivamente por critérios jurídicos ou territoriais. Nas interações sociais, ele também depende das categorias por meio das quais o sujeito é reconhecido. Assim, nascer no

Brasil ou possuir nacionalidade brasileira não impede que a pessoa seja simbolicamente posicionada como estrangeira. A aparência passa a operar como um marcador capaz de produzir uma origem presumida, mesmo quando essa presunção não corresponde à trajetória ou à identidade do indivíduo.

É nesse sentido que a noção de "estrangeiro perpétuo", discutida por Sue et al. (2007) a partir da experiência de asiático-americanos, contribui para interpretar os resultados. Os autores identificaram a atribuição recorrente de uma condição de estrangeiro a pessoas que, embora pertençam à sociedade em que vivem, continuam sendo percebidas como externas a ela. O conceito, embora não seja transposto automaticamente para o contexto brasileiro, ajuda a nomear um mecanismo também observável no *corpus*: a aparência funciona como justificativa para questionar continuamente a origem daquele que já pertence ao espaço social.

No caso dos nipo-brasileiros, essa dinâmica pode ser relacionada à permanência histórica de representações que vinculam aparência, ascendência e nacionalidade. A partir da historiografia cultural das identidades, Lesser (2001) demonstra como as marcas corporais associadas à ascendência japonesa participaram de processos de identificação e diferenciação social. A permanência desse mecanismo permite compreender por que filhos, netos e bisnetos de imigrantes podem continuar sendo chamados de japoneses, independentemente de terem nascido no Brasil.

A análise histórica ajuda a compreender que essa estrangeirização não surge de maneira isolada nas interações contemporâneas. Como já abordado anteriormente, a recepção dos imigrantes japoneses no Brasil durante a primeira metade do século XX, especificamente no período pós abolição da escravidão (1888), foi diretamente moldada por uma contradição estrutural da sociedade brasileira da época. De um lado, urgência econômica por mão de obra agrícola na cafeicultura paulista; de outro, o projeto ideológico de construção da identidade nacional alicerçado no branqueamento e na eugenia (Ueno, 2019). Tal dualidade transformou a acolhida aos japoneses em uma experiência de hospitalidade estritamente condicional, marcada por desconfianças, estigmatização e momentos de hostilidade estatal explícita. Takeuchi (2008) demonstrou a circulação de caracterizações físicas e morais depreciativas, enquanto Dezem (2005) evidenciou a associação dos imigrantes japoneses às ideias de inassimilabilidade e ao chamado Perigo Amarelo. Essas representações construíam a diferença não apenas como distância cultural, mas como problema para a composição da sociedade brasileira.

O resultado contemporâneo observado no material analisado distancia-se de uma reprodução direta dessas formulações históricas. Sua permanência ocorre por meio de um mecanismo mais sutil, baseado na associação entre aparência e exterioridade. Se, no passado, a diferença japonesa poderia ser apresentada como ameaça à nação, nas interações analisadas ela manifesta-se como a presunção de que determinada pessoa deve ser estrangeira. O conteúdo da representação se transforma, embora permaneça a operação classificatória que posiciona o indivíduo fora do "nós".

Essa transformação também ajuda a compreender a coexistência entre representações negativas e positivas. No pós-guerra, a imagem dos japoneses no Brasil passou a incorporar com

maior intensidade atributos associados à disciplina, inteligência, educação e competência, constituindo aquilo que a literatura identifica como "minoria modelo" ou "minoria positiva" (Hayashi, 2023). Na amostra analisada, essa representação aparece em enunciados como "tinha que ser japonês", "japonês é sempre bom em matemática" e "todo japonês é inteligente".

Embora apresentadas como elogios, essas formulações mantêm a lógica de classificação coletiva. O indivíduo é valorizado por corresponder a uma expectativa atribuída ao grupo e não por suas características particulares. A positividade do estereótipo, portanto, não elimina a diferenciação, apenas modifica sua valoração. Ser reconhecido como inteligente porque se é japonês continua significando ser reconhecido primeiramente como japonês.

Essa ambiguidade é relevante para a discussão do pertencimento porque revela que a inclusão simbólica pode ocorrer sob condições específicas. O indivíduo é aceito e valorizado enquanto corresponde à imagem socialmente construída do grupo. Quando não corresponde a ela, sua identidade pode ser novamente questionada. O *corpus* evidencia, assim, que a estrangeirização não depende apenas de representações negativas, também pode ser produzida por expectativas positivas que reduzem o sujeito à categoria étnica.

Essa lógica torna-se ainda mais evidente quando considerada em conjunto com as experiências de migração de retorno de descendentes de japoneses. No âmbito da sociologia das migrações internacionais, Sasaki (1995) demonstrou que no movimento *dekassegui*[5] o descendente pode experimentar uma situação paradoxal. Enquanto no Brasil é frequentemente identificado como japonês, no Japão pode ser reconhecido como brasileiro ou *gaijin* (estrangeiro), sobretudo quando não corresponde às expectativas linguísticas e culturais locais, conforme analisam os estudos de identidade transnacional de Ishikawa (2016). Dessa forma, é evidente como o pertencimento pode ser relacional e depender das classificações produzidas pelo grupo que reconhece ou não determinado indivíduo como parte de si. Logo, a estrangeirização identificada nos dados constitui uma forma de hostilidade que não precisa assumir a forma de recusa explícita. Ela pode operar por meio de uma pergunta repetida, de uma identificação aparentemente neutra ou de um elogio baseado em estereótipos. Em todos esses casos, o efeito comum é a produção de uma diferença que antecede o reconhecimento individual.

A experiência de não pertencimento, portanto, não decorre necessariamente de alguém afirmar que o sujeito não é brasileiro. Ela pode ser produzida de maneira mais indireta, quando a interação exige reiteradamente que ele explique sua origem, confirme sua ascendência ou corresponda às expectativas associadas a ela. O pertencimento torna-se, assim, uma condição constantemente negociada já que é formalmente assegurado, mas simbolicamente tensionado pela necessidade recorrente de provar que se pertence.

É nesse ponto que a análise desloca a discussão da hostilidade explícita para suas formas veladas. As manifestações identificadas na coleta de dados não apenas comunicam curiosidade, humor ou admiração, elas também reproduzem uma estrutura de classificação na qual determinados corpos são percebidos como portadores de uma origem que precisa ser identificada.

[5] Descendentes de japoneses que emigraram para o Japão em busca de oportunidades de trabalho.

A aparência, nesse processo, deixa de ser apenas um aspecto físico e passa a funcionar como argumento social para definir quem é o "outro".

Assim, o principal achado deste eixo é que a estrangeirização atua como mecanismo de produção de não pertencimento. Ao transformar ascendência e aparência em critérios prioritários de identificação, as interações analisadas mantêm japoneses e seus descendentes em uma posição ambígua, integrados à sociedade brasileira, mas continuamente interpelados como diferentes.

4.2 Homogeneização do "asiático" e apagamento das diferenças

Outra dimensão observada de forma recorrente no *corpus* de análise é a homogeneização de diferentes povos asiáticos sob uma única categoria de identificação. Expressões como "asiático é tudo igual" revelam desconhecimento sobre as diferenças entre nacionalidades e grupos étnicos, assim como evidenciam um processo de classificação no qual características físicas passam a funcionar como critério suficiente para definir a identidade do indivíduo. O efeito dessa operação é o apagamento das diferenças internas e a substituição de identidades particulares por uma categoria genérica atribuída externamente.

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir da distinção entre identificação e heteroatribuição. Enquanto os indivíduos e grupos constroem suas identidades a partir de trajetórias, relações e referências próprias, a heteroatribuição corresponde ao processo pelo qual são classificados e rotulados pelos outros com base em características percebidas como distintivas, como o fenótipo ou uma origem presumida. No caso das diásporas asiáticas, Poutignat e Streiff-Fenart (1998) demonstraram como identidades particulares podem ser submetidas a uma categoria globalizante, como no exemplo da categorização como "oriental", construída pelos grupos receptores a partir de uma imputação racial. O mecanismo identificado aproxima-se dessa lógica onde os diferentes pertencimentos nacionais e culturais são subordinados a uma classificação externa baseada na aparência.

O antropólogo Barth (2000) elucidou que a identidade étnica, além de corresponder a um conjunto de características culturais, é também produzida e mantida nas relações sociais por meio de fronteiras que distinguem "nós" e "eles". O problema observado nos enunciados, portanto, é o fato de que a existência de uma categoria abrangente é produzida a partir de uma posição externa que reduz a diversidade dos grupos classificados. Enquanto japoneses, chineses, coreanos e outros grupos podem possuir trajetórias históricas e nacionais distintas, a classificação social tende a convertê-los em uma única coletividade definida pelos fenótipos.

É nesse sentido que Nakamura e Ambra (2025) empregaram a ideia de "massa amorfa", indicando uma forma de representação na qual os integrantes de determinado grupo são tratados como indistintos entre si, embora sejam simultaneamente marcados como diferentes em relação ao grupo receptor. A expressão ajuda a interpretar a lógica presente em enunciados que tratam pessoas asiáticas como intercambiáveis, assim a diferença interna é apagada, enquanto a diferença em relação ao "nós" é reforçada. O indivíduo deixa de ser reconhecido em sua particularidade

justamente porque sua aparência passa a funcionar como evidência suficiente de pertencimento a uma categoria ampla.

Essa operação de homogeneização também possui uma dimensão histórica. Dezem (2005) demonstrou que, no contexto brasileiro, as elites agrárias e intelectuais mobilizaram a ideia de uma raça amarela associada ao Perigo Amarelo, produzindo uma representação dos povos do Leste Asiático como uma categoria racial relativamente uniforme e incompatível com determinado projeto de nação. Embora as manifestações contemporâneas observadas não reproduzam necessariamente o discurso eugenista daquele período, as análises de semiótica discursiva desenvolvidas por Bueno (2022) permitiram compreender a permanência de seus efeitos na medida em que a aparência continua sendo utilizada como fundamento para generalizações e para a atribuição de comportamentos supostamente próprios de pessoas asiáticas.

O uso de termos como “japa” e “china” evidencia essa continuidade sob uma forma cotidiana. Quando utilizados indiscriminadamente para designar pessoas cuja aparência é associada ao Leste Asiático, esses termos substituem a identificação particular por uma categoria presumida. Mesmo quando não acompanhados de intenção explicitamente ofensiva, podem produzir diferenciação justamente porque pressupõem que a aparência permite determinar a nacionalidade ou a origem do indivíduo. A questão, portanto, não está somente no caráter ofensivo ou não da palavra, mas também na operação classificatória que a sustenta.

A apresentação dessas práticas como “brincadeira” contribui para sua naturalização. Bueno (2022) relacionou esse mecanismo ao racismo recreativo, enquanto Lima e Vala (2004) discutiram formas de racismo cordial nas quais manifestações discriminatórias podem assumir uma aparência de polidez ou informalidade. O humor, assim, pode reduzir a possibilidade de contestação ao permitir que a diferenciação seja posteriormente justificada como brincadeira. A fachada de cordialidade desloca a atenção do conteúdo discriminatório para a intenção atribuída ao interlocutor, dificultando o reconhecimento da própria prática como forma de preconceito.

Essa característica é relevante no *corpus* porque a homogeneização aparece associada a outras formas de diferenciação, como imitações de sotaque, piadas sobre características físicas, perguntas sobre origem e atribuições generalizadas de inteligência, disciplina ou comportamento. Essas manifestações podem assumir sentidos distintos isoladamente, mas convergem para uma mesma operação quando reiteram a ideia de que a aparência permite antecipar características do sujeito. O que se naturaliza, além de uma piada ou um apelido, é a própria premissa de que pessoas identificadas como asiáticas constituem um grupo suficientemente homogêneo para serem tratadas a partir dos mesmos atributos.

Nesse sentido, a homogeneização não só produz apenas um erro de identificação entre nacionalidades, mas também estabelece expectativas sobre aquilo que supostamente caracteriza uma pessoa asiática. Como observado por Hall (2016), a estereotipagem reduz a complexidade dos sujeitos a algumas características selecionadas e posteriormente tratadas como representativas do grupo. Na amostra analisada, esse processo aparece quando o fenótipo é utilizado para presumir origem, nacionalidade, cultura e, em alguns casos, comportamento. A aparência deixa de

ser um elemento entre muitos possíveis e passa a funcionar como uma espécie de atalho classificatório.

Sue et al. (2007) compreenderam os efeitos dessa redução ao identificarem, entre as micro agressões dirigidas à asiático-americanos, a invalidação das diferenças entre grupos asiáticos e a atribuição de características generalizadas aos indivíduos. Embora a pesquisa dos autores pertença a outro contexto nacional, seu conceito permite interpretar como a homogeneização pode atuar em interações aparentemente banais. Quando diferentes nacionalidades são tratadas como equivalentes, não se apaga apenas uma diferença cultural abstrata, apagam-se também as experiências históricas, familiares e identitárias que constituem a trajetória particular de cada sujeito.

Essa dimensão torna-se mais significativa quando se considera a diversidade histórica e geopolítica existente entre os grupos reunidos sob a categoria de "asiático". Conforme seus estudos sobre história global e relações internacionais, Greenfeld (2012) destacou que a sobreposição generalizada de nacionalidades pode ignorar conflitos e traumas históricos, como aqueles relacionados às Guerras Sino-Japonesas. Logo, confundir nacionalidades não constitui apenas uma classificação imprecisa, mas em determinados contextos, pode mobilizar memórias e relações históricas que tornam essa indiferenciação particularmente problemática. A categoria genérica não é neutra, pois apaga diferenças que possuem significado social e histórico.

Da mesma forma, a experiência diaspórica não corresponde a uma identidade única ou estática. Komino et al. (2024), em seus estudos sociais contemporâneos sobre migrações, ao discutirem a existência de "japonesidades multiplicadas", evidenciam a pluralidade das experiências de descendentes e comunidades japonesas em diferentes contextos. A categoria homogênea de asiático entra em tensão com essa diversidade porque transforma experiências plurais em uma identidade aparentemente única. O indivíduo pode possuir diferentes formas de identificação - nacional, étnica, familiar, cultural ou territorial- que são ofuscadas quando sua aparência é tomada como principal definição de quem este sujeito é.

A homogeneização também se relaciona, portanto, ao apagamento da experiência de brasileiros descendentes de japoneses. Ao pressupor que traços fenotípicos determinam cultura, nacionalidade ou linguagem, desconsidera-se a existência de cidadãos brasileiros de terceira, quarta ou quinta geração, cujas relações com a ascendência japonesa são diversas. Mori (2022), baseado na história social das migrações, identificou uma ambiguidade importante. O descendente pode ser enquadrado positivamente quando corresponde ao estereótipo da minoria modelo, mas tornar-se objeto de questionamento quando não corresponde às expectativas atribuídas ao grupo ou quando reafirma sua identidade brasileira.

Essa contradição revela que a classificação não só depende de como o indivíduo se apresenta, mas de sua adequação às expectativas construídas sobre a categoria à qual foi associado. Se é japonês o suficiente para ser reconhecido como inteligente, disciplinado ou bom em matemática, a mesma identidade pode ser utilizada para questionar sua brasilidade ou exigir que demonstre determinados conhecimentos culturais. A homogeneização não só apaga

diferenças entre grupos, visto que ela também produz um modelo do que deveria ser o indivíduo pertencente ao grupo.

Essa inversão pode ser aprofundada pela concepção da filosofia ética de Lévinas (1998). A "epifania do rosto" implica o reconhecimento ético do outro como alguém que não pode ser inteiramente reduzido às categorias daquele que o observa. Conforme discutido no campo dos estudos de alteridade por Camargo e Herédia (2018), a relação ética pressupõe o acolhimento do outro em sua condição de "absolutamente outro", isto é, em uma alteridade que não pode ser completamente assimilada. A homogeneização identificada realiza o movimento contrário, antes de encontrar o indivíduo, estabelece-se uma categoria capaz de antecipar sua identidade.

A desconstrução filosófica de Derrida (2003) revelou esse processo da questão da hospitalidade, na qual permite pensar que acolher o outro implica lidar com sua singularidade, enquanto a classificação prévia estabelece condições para esse acolhimento. O sujeito é recebido a partir daquilo que se presume que ele seja. A hospitalidade torna-se, nesse sentido, condicional. O reconhecimento pelo nome próprio constitui uma forma de acolher o sujeito em sua particularidade, enquanto sua redução a uma categoria anônima dificulta esse reconhecimento. Quando "japonês, "chinês" ou "asiático" substitui o indivíduo em vez de constituir apenas uma dimensão de sua identidade, a categoria passa a ocupar o lugar da pessoa. O problema não está em nomear uma diferença e sim permitir que essa diferença esgote a definição do sujeito.

Desse modo, a homogeneização identificada no *corpus* pode ser compreendida como uma forma de hostilidade velada porque estabelece uma fronteira simbólica sem necessariamente recorrer à rejeição aberta. O indivíduo é incluído na interação, mas sua presença é acompanhada pela reafirmação de que ele pertence a uma categoria diferente e previamente definida. A aparente cordialidade da interação não elimina essa fronteira, pois em determinadas situações, contribui justamente para naturalizá-la.

A homogeneização do asiático, portanto, produz um duplo movimento. Além de apagar as diferenças internas entre indivíduos e grupos, reforça a distância simbólica entre esses sujeitos e aqueles reconhecidos como pertencentes ao grupo majoritário. O resultado é uma forma de pertencimento tensionado, na qual japoneses e seus descendentes podem estar plenamente inseridos na sociedade brasileira, mas continuam sendo posicionados a partir de uma identidade coletiva atribuída externamente. A hostilidade, nesse caso, manifesta-se na transformação da diferença em um critério permanente de classificação e exclusão social.

4.3 Expectativas de comportamento e a identidade atribuída

Além da estrangeirização e da homogeneização, os dados evidenciam uma terceira forma de diferenciação relacionada a atribuição de expectativas sobre como japoneses e seus descendentes deveriam se comportar, quais características deveriam possuir e quais práticas culturais deveriam conhecer. Nesse caso, o estereótipo deixa de funcionar apenas como mecanismo de classificação e passa a atuar como parâmetro de adequação. O indivíduo é

reconhecido como pertencente a determinado grupo na medida em que corresponde às características que lhe são previamente atribuídas.

Essa lógica aparece de maneira particularmente evidente em expressões como “Você não é asiático de verdade” e “Você é asiático do Paraguai”. Embora distintas, ambas colocam em questão a autenticidade da identidade atribuída ao indivíduo. A primeira pressupõe que exista uma maneira legítima de ser asiático; a segunda utiliza a associação pejorativa do Paraguai à falsificação para produzir a ideia de uma identidade falsa ou incompleta. Em ambos os casos, a identidade deixa de ser compreendida como experiência individual e passa a ser submetida a um modelo externo de autenticidade.

A expressão “asiático do Paraguai” produz uma dupla operação de desqualificação. Ao mesmo tempo em que mobiliza um estigma historicamente associado ao Paraguai como lugar de produtos falsificados ou de procedência duvidosa, utiliza essa ideia para caracterizar o descendente como uma espécie de cópia de um asiático considerado legítimo. A comparação, além de questionar sua aparência ou ascendência, estabelece uma hierarquia entre diferentes formas de pertencimento. Como observou Bueno (2022), manifestações dessa natureza podem exercer uma função disciplinadora, pois indicam ao indivíduo quais características deveriam apresentar para ser reconhecido como integrante legítimo de determinada categoria.

O mesmo mecanismo aparece em perguntas como “Você sabe falar ou escrever em japonês?” ou “Você gosta de sushi?”. Isoladamente, tais perguntas podem expressar curiosidade sobre a cultura familiar do interlocutor. O problema emerge quando a resposta negativa é interpretada como incompatibilidade com a própria ascendência. Nesse contexto, uma prática cultural deixa de ser uma possibilidade entre diversas formas de vivenciar a identidade e passa a funcionar como evidência de pertencimento.

A expectativa de que descendentes de japoneses dominem a língua japonesa, conheçam determinados alimentos ou mantenham determinadas práticas culturais revela uma concepção essencializada da identidade. Pressupõe-se que a ascendência produza automaticamente uma continuidade cultural, como se ser descendente implicasse necessariamente falar japonês, gostar de sushi ou conhecer costumes associados ao Japão. Essa cobrança por um desempenho autêntico revela a dimensão prescritiva e disciplinadora da representação orientalista analisada por Said (2007). Posto que a identidade do outro é previamente definida pelo discurso dominante, estabelece-se um modelo idealizado do que significaria ser asiático.

Essa prescrição aparece igualmente em afirmações como “para um japonês você é bem falante” e “asiáticas são quietinhas”. Nesses enunciados, características de personalidade são apresentadas como decorrência natural da origem étnica. A pessoa não é apenas identificada como japonesa e/ou asiática; espera-se que ela corresponda a um determinado modo de falar, agir ou se relacionar. Quando isso não ocorre, a diferença entre comportamento efetivo e expectativa social torna-se motivo de comentário.

A cobrança por introversão, reserva e modéstia direcionada aos *nikkeis* pode ser relacionada a representações de determinados valores culturais japoneses, entre eles o *hedatari*, associado à distância e à reserva interpessoal, e o *gambarê*, relacionado à perseverança e ao

autocontrole, conforme mapeado na vertente da sociologia da cultura e da identidade por Ocada (2006). Entretanto, a transformação desses elementos culturais em características obrigatórias de todos os descendentes produz um deslocamento onde uma referência cultural específica passa a ser tratada como característica natural do indivíduo. O que poderia constituir uma possibilidade de identificação cultural transforma-se em expectativa comportamental.

Ademais, tal mecanismo explicita que o estereótipo não depende de atributos exclusivamente negativos. Uma característica considerada positiva ou neutra também pode produzir enquadramento quando é apresentada como uma qualidade que necessariamente deveria estar presente em todos os membros de determinado grupo. A representação da pessoa asiática como inteligente, disciplinada, reservada ou competente pode funcionar, portanto, de maneira semelhante àquelas consideradas depreciativas. Ambas reduzem a diversidade individual ao conjunto de características previamente associado à categoria.

Essa ambivalência já observada na figura da minoria modelo torna-se relevante nesse eixo. Expressões como “tinha que ser japonês”, “japonês é sempre bom em matemática” e “todo japonês é inteligente” valorizam o grupo, mas também estabelecem um padrão de desempenho. Mori (2022) demonstrou que essa representação pode produzir uma sobrecarga sobre aqueles que não correspondem às expectativas atribuídas aos asiáticos, além de contribuir para uma falsa simetria entre grupos racializados. A valorização, nesse caso, não elimina a racialização, apenas a transforma em uma expectativa presumida.

É justamente essa expectativa que expõe a relação entre estereótipo e controle social. Se o indivíduo é considerado japonês porque apresenta determinada aparência, espera-se também que apresente os comportamentos associados a essa identidade. Quando não corresponde ao padrão, sua identidade pode ser colocada em dúvida. Assim, frases como “você não é asiático de verdade” funcionam como mecanismos de correção daquilo que seria considerado um pertencimento legítimo.

A identidade, contudo, não é constituída a partir de uma única referência. Cuche (1999, p. 177) afirmou que “a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”. Trata-se de uma construção relacional, produzida nas interações e atravessada por diferentes pertencimentos. A identidade não pode, portanto, ser deduzida automaticamente da ascendência, da aparência ou da manutenção de determinadas práticas culturais.

No caso dos *nikkeis*, essa construção pode envolver simultaneamente referências nacionais, familiares, culturais e étnicas. Com base na psicologia do desenvolvimento e dos estudos da diversidade, Phinney (2004) diferenciou a identidade étnica, relacionada ao sentimento de pertencimento a determinado grupo e à herança compartilhada, da identidade nacional, associada à identificação e à integração com uma determinada nação. Essas dimensões podem coexistir sem que uma elimine a outra. Um descendente de japoneses pode reconhecer sua ascendência e, ao mesmo tempo, possuir uma identificação predominantemente brasileira, assim como pode combinar diferentes referências culturais em sua experiência cotidiana.

Consequentemente, não existe um modelo único de identidade para os descendentes de japoneses. Alguns podem manter contato intenso com práticas culturais japonesas; outros podem ter sido socializados predominantemente no contexto brasileiro; outros podem combinar essas referências de maneiras distintas. A diversidade dessas experiências, entretanto, entra em conflito com as expectativas identificadas nos discursos coletados, que transformam possibilidades de pertencimento cultural em requisitos para a validação da identidade.

É nesse ponto que a noção de *Self-Shock*, ou "Choque do Eu", proposta na vertente da comunicação intercultural por Zaharna (1989), permitiu compreender situações em que o indivíduo se confronta com identidades atribuídas ou expectativas culturais que não correspondem à maneira como percebe a si próprio. A tensão decorre do confronto entre a identidade vivenciada pelo sujeito e aquela que o interlocutor espera encontrar, indo além de uma contradição interna da identidade.

A manifestação "você não é asiático de verdade" evidencia essa tensão de forma direta. O enunciado transforma uma experiência identitária plural em um julgamento de autenticidade. O indivíduo vê-se na obrigação de demonstrar que possui características suficientes para pertencer à categoria que lhe foi atribuída. A identidade, que deveria funcionar como uma dimensão de reconhecimento, passa a operar como uma condição a ser comprovada.

A mesma lógica aparece na expressão "asiático do Paraguai". A associação entre aparência e autenticidade estabelece uma hierarquia dentro da própria categoria racializada: há um asiático considerado legítimo e outro considerado uma imitação. O enunciado tanto classifica quanto determina quais características são necessárias para que tal classificação seja considerada válida, logo, a diferença vem acompanhada por uma expectativa de conformidade.

A identidade atribuída, nesse sentido, possui uma função disciplinadora porque estabelece limites sobre as formas consideradas legítimas de pertencimento. Não basta possuir ascendência japonesa. Espera-se que essa ascendência produza determinados conhecimentos, comportamentos, preferências ou traços de personalidade. Quando essas expectativas não são atendidas, surge a possibilidade de deslegitimação, como evidenciado pelas expressões citadas.

Os resultados indicam, portanto, que a hostilidade velada pode atuar também por meio da exigência de conformidade. O sujeito não é necessariamente rejeitado por ser japonês ou descendente de japoneses. Em vez disso, é colocado diante de um conjunto de expectativas sobre aquilo que deveria ser. A diferença é simultaneamente identificada e regulada, dado que há características que autorizam o reconhecimento como japonês ou asiático e outras que são interpretadas como desvios dessa identidade. Essa constatação amplia a compreensão da relação entre aparência, identidade e pertencimento desenvolvida nos eixos anteriores. A aparência pode inicialmente produzir uma classificação; a classificação pode gerar expectativas; e essas expectativas podem, posteriormente, ser utilizadas para validar ou questionar a identidade do indivíduo. Forma-se, assim, uma sequência na qual o sujeito é primeiro identificado a partir de uma categoria e, depois, avaliado conforme sua capacidade de corresponder ao modelo associado a mesma.

Nesse processo, a fronteira entre brasileiro e asiático é estabelecida para além da mera nacionalidade. Ela também é reproduzida por expectativas sobre língua, comportamento, preferências e aparência. Mesmo indivíduos nascidos e socializados no Brasil podem ser submetidos a uma espécie de verificação cotidiana de sua identidade, seja porque precisam explicar sua descendência, seja porque precisam demonstrar conhecimentos culturais considerados esperados.

A análise evidencia, portanto, que o problema supera a mera existência de estereótipos, residindo, sobretudo, na função que assumem nas interações. Ao definir antecipadamente como uma pessoa deveria falar, agir, pensar ou se identificar, o estereótipo reduz a possibilidade de experiências individuais que escapem ao modelo coletivo. Nesse sentido, as manifestações identificadas demonstram que a experiência de pertencimento pode ser tensionada por mecanismos cotidianos que aparentemente apenas identificam ou comentam características individuais. A pergunta sobre a língua, a expectativa sobre o comportamento ou a exigência de uma determinada aparência cultural, podem produzir o mesmo efeito quando transformam a ascendência em critério para determinar a legitimidade da identidade.

A partir desses resultados, observa-se que hospitalidade e hostilidade não se distribuem em categorias absolutamente opostas. Uma interação pode apresentar-se como curiosidade, brincadeira ou até mesmo um elogio e, ainda assim, reproduzir expectativas que restringem a autonomia do sujeito para definir quem é. A ambiguidade está justamente no fato de que a cordialidade da forma não impede a imposição de uma identidade pela qual o indivíduo será posteriormente avaliado.

A hostilidade velada identificada neste eixo manifesta-se, assim, quando a diferença é convertida em expectativa e a expectativa em critério de pertencimento. Ao exigir que japoneses e seus descendentes correspondam a determinados padrões culturais, comportamentais ou físicos, essas práticas reduzem a pluralidade das experiências identitárias e mantêm a ascendência como referência permanente para interpretar o indivíduo.

5 Considerações finais

A análise realizada evidencia que a tensão entre os conceitos de hospitalidade e hostilidade pode se manifestar em práticas cotidianas que, embora não assumam necessariamente a forma de rejeição explícita, contribuem para produzir diferenciação e a sensação de não pertencimento. No caso de japoneses e seus descendentes, o questionamento recorrente sobre origem e nacionalidade, a classificação a partir da aparência e a atribuição de características e comportamentos associados a uma suposta identidade asiática, que revelam formas de reconhecimento condicionadas à percepção do outro como diferente.

Essas manifestações interferem na experiência de pertencimento porque mantêm em negociação uma identidade que, para os sujeitos nascidos e socializados no Brasil, já se constitui como brasileira. A aparência, nesse processo, pode operar como um marcador que antecede o reconhecimento da nacionalidade e da individualidade, fazendo com que sujeitos sejam

continuamente posicionados em categorias como “japonês”, “chinês” ou “asiático”. As análises permitem compreender, portanto, que o pertencimento extrapola a inserção formal ou a autodefinição, sendo tensionado pelas formas de reconhecimento social.

Os resultados possibilitam compreender, ainda, que hospitalidade e hostilidade não devem ser tomadas como categorias necessariamente opostas ou facilmente distinguíveis. Uma interação aparentemente cordial, curiosa ou elogiosa pode, simultaneamente, reafirmar fronteiras simbólicas entre aqueles reconhecidos como pertencentes e aqueles posicionados como outros. Nesse sentido, a hostilidade pode estar presente justamente na dificuldade de reconhecer plenamente o outro como parte do “nós”, mesmo quando não há uma recusa explícita de sua presença.

A principal contribuição deste artigo consiste, assim, em deslocar a compreensão da hostilidade de suas manifestações abertamente discriminatórias para os mecanismos cotidianos de diferenciação e não reconhecimento. Ao aproximar as discussões sobre hospitalidade, hostilidade, identidade e pertencimento, o estudo evidencia que acolher não significa necessariamente reconhecer o outro como igual, uma vez que a cordialidade pode coexistir com formas sutis de exclusão. A hospitalidade, quando atravessada por classificações que reiteram a diferença, encontra seus próprios limites. O outro pode estar socialmente integrado e, ainda assim, permanecer simbolicamente situado fora do “nós”.

Referências

Barth, F. (2000). Os grupos étnicos e suas fronteiras. In T. Lask (Org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (pp. 25–67). Contracapa.

Bersani, H. (2017). Racismo estrutural e o direito à educação. *Educação Em Perspectiva, 8*(3), 380–397. https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892

Bueno, A. M. (2022). O racismo recreativo contra descendentes de asiáticos/as: uma abordagem discursiva. *Trabalhos Em Linguística Aplicada, 61*(1), 137–147. https://doi.org/10.1590/010318139563511520210310

Camargo, C. da S., & Herédia, V. B. M. (2018). Preconceito como sinal de hostilidade nas relações entre imigrantes: O caso de Caxias do Sul-RS, Brasil. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, 10*(2), 388–402. https://doi.org/10.18226/21789061.v10i2p388

Comandulli, S. P. E. (2014). Montandon, Alan. O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. *Conjectura: Filosofia e Educação, 2*0(1), 183–190. https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/3082

Coreaníssima, E. (2020, 19 de julho). *5 PERGUNTAS BIZARRAS DE BRASILEIROS PARA MIM | Coreaníssima* [Video]. YouTube. https://youtu.be/LhROaDvzkfw

Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais* (V. Ribeiro, Trad.). EDUSC.

De Mingo, M. (2017, 10 de julho). *11 coisas racistas que os orientais estão cansados de ouvir*. Superela. https://superela.com/coisas-racistas-que-orientais-estao-cansados-de-ouvir/

Derrida, J., & Dufourmantelle, A. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade.* (A. Romane, Trad.). Escuta.

Dezem, R. (2005). *Matizes do "amarelo": A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878–1908)*. Associação Editorial Humanitas.

DR Oficial. (2019, 8 de janeiro). *ASIÁTICOS estão CANSADOS DE OUVIR ft Isis Tomie e Sisi Liao* [Video]. YouTube. https://youtu.be/uNlgb5VpDzg

Ele desenhou os motivos pelos quais não devemos chamar asiáticos de "japa" e dizer que são todos iguais. (2017, 10 de julho). Hypeness. https://www.hypeness.com.br/2017/07/precisa-que-desenhe-para-entender-que-chamar-asiatIcos-de-japa-e-dizer-que-sao-todos-iguais-e-preconceito-pois-um-estudante-desenhou/

Ensaio mostra pessoas segurando frases com preconceitos que sofrem. (2013, 26 de julho). Hypeness. https://www.hypeness.com.br/2013/12/serie-fotografica-mostra-pessoas-segurando-cartazes-com-as-frases-preconichceituosas-que-ouvem/

Fairclough, N. (2003). *Analyzing Discourse: textual analysis for social research*. Routledge.

Greenfeld, L. (2012, 26 de setembro). *As raízes da rivalidade entre a China e o Japão*. Público. https://www.publico.pt/2012/09/26/jornal/as-raizes-da-rivalidade-entre-a-china-e-o-japao-25310038

Hall, S. (2016). O ocidente e o resto: discurso e poder (D'elia, C., Trad.). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 56*(1), 314-361. https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30023

Ishikawa, E. A. (2016). A identidade étnica dos jovens brasileiros no Japão. *Estudos Japoneses, 36*, 29-42. https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i36p29-42

Ito, C. (2020, 12 de março). *Meu nome não é japa: o preconceito amarelo*. Trip | Conteúdo Que Transforma. https://revistatrip.uol.com.br/trip/meu-nome-nao-e-japa-o-preconceito-amarelo

Kataoka, J. (2018, 16 de maio). *Por que você não deveria chamar seus colegas asiáticos de "china" ou "japa?".* Buzzfeed. https://buzzfeed.com.br/br/julianakataoka/por-que-voce-nao-deveria-chamar-seus-amigos-asiaticos-de-china-ou-japa

Kataoka, J. (2019). *16 perguntas que mestiços nipo-brasileiros não aguentam mais ouvir*. Buzzfeed. https://www.buzzfeed.com/br/julianakataoka/mesticos-nao-aguentam- mais#.iy9v1OB0L

Kimura, R. (2006). *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná (de cores proibidas ao perigo amarelo)* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41350/21683

Kojima, L. (2009). *Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, Brasil. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-08022010-100553/pt-br.html

Lashley, C., & Morrison, A. (Eds.). (2004). *Em busca da hospitalidade: Perspectivas para um mundo globalizado* (C. D. Szlak, Trad.). Manole.

Lesser, J. (2001). *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (Zimbres, P. de Q. C., Trad.). Editora Unesp.

Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal), 9*(3), 401–411. https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300002

Lucas, F. M.. (2015, 20 de outubro). *FRASES QUE JAPONESES OUVEM (ou já ouviram)* [Video]. YouTube. https://youtu.be/ASqoB9pc5HI

Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia* (Neves, P., Trad.) (3. ed.). Cosac & Naify.

Mori, L. (2017, 4 de agosto). *"Não toleramos mais": por que velhas piadas estão inflamando debate sobre racismo entre descendentes de asiáticos no Brasil*. BBC News Brasil. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40816773

Mori, R. H. (2022). *A construção do estereótipo positivo do estudante nipo-brasileiro*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-28022023-185124/pt-br.html

Nakamura, A., & Ambra, P. (2025). Do perigo amarelo à minoria modelo: ambivalências dos estereótipos da população amarela no Brasil. *Psicologia & Sociedade, 37*, e288475. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37288475

Ocada, F. K. (2006). Uma Reconstrução da Memória da Imigração Japonesa no Brasil. *Teoria & Pesquisa Revista De Ciência Política, 1*(49). https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/23

Phinney, J. S. (2004). Formação da identidade de grupo e mudança entre migrantes e seus filhos. In S. D. DeBiaggi (Ed.), *Psicologia, e/imigração e cultura* (pp. 47–62). Casa do Psicólogo.

Poutignat, P., & Streiff-Fenart, J. (1998). *Teorias da etnicidade*. Editora UNESP.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.

Sakurai, C. (2000). *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280717?mode=full

Seyferth, G. (1996). Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In C. Maio e R. V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (pp. 41–58). Editora FIOCRUZ; CCBB. https://books.scielo.org/id/djnty

Spolon, A. P. G. (2011). Introdução: conceitos básicos de hospitalidade. In A. P. G. Spolon (Ed.). *Hospitalidade* (pp. 7-30). Fundação Cecierj. https://canal.cecierj.edu.br/recurso/3478

Sue, D. W., Bucceri, J., Lin, A. I., Nadal, K. L., & Torino, G. C. (2007). Racial microaggressions and the Asian American experience. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology, 13*(1), e-72–81. https://doi.org/10.1037/1099-9809.13.1.72

Takeuchi, M. Y. (2008). A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. *Revista USP, 79*, e-173-182. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i79p173-182

Tami, T. (2016, 4 de outubro). *PEQUENO MANUAL EM 15 DICAS DE COMO NÃO OFENDER SEU AMIGO DESCENDENTE DE JAPONESES*. Outra Coluna. https://outracoluna.wordpress.com/2016/10/04/pequeno-manual-em-15-dicas-de-como-nao-ofender-seu-amigo-descendente-de-japoneses/

Teri, K. (2019). *O QUE todo asiático tem que AGUENTAR no Brasil.* [Video]. Youtube. https://youtu.be/ZNQi9dyOl_8

Ueno, L. M. M. (2019). O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). *Estudos Japoneses*, 41, 101-115. https://doi.org/10.11606/issn.2447-7125.v0i41p101-115

Yo Ban Boo. (2016, 14 de julho). *Coisas Que ASIÁTICOS BRASILEIROS Sempre Ouvem* [Video]. YouTube. https://youtu.be/nhNYxzQn_XU

Yo Ban Boo. (2016, 10 de novembro). *ASIÁTICOS BRASILEIROS NO BRASIL* [Video]. YouTube. https://youtu.be/QvilpFe2bO0

Yukawa da Silva, M. (2020). *Hospitalidade x Hostilidade: Os Japoneses e seus Descendentes no Brasil.* (Monografia de Graduação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. https://app.uff.br/riuff/handle/1/21741

Zaharna, R. S. (1989). Self-shock: The double-binding challenge of identity. *International Journal of Intercultural Relations, 13*(4), 501–525. https://doi.org/10.1016/0147-1767(89)90026-6

SOBRE OS AUTORES

Morgan Y. da Silva
Contribuições: Conceituação. Curadoria de dados. Análise formal. Investigação. Método /Metodologia. Redação do manuscrito original. Redação final - revisão e edição.
E-mail: morgan.yukawa.silva@gmail.com / ORCiD: https://orcid.org/0009-0003-9943-1598

Ari da S. Fonseca Filho
Contribuições: Supervisão. Validação. Redação do manuscrito original. Redação final - revisão e edição.
E-mail: arifonseca@id.uff.br / ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-4492-5446

Annah Bárbara P. dos Santos
Contribuições: Conceituação. Análise formal. Método /Metodologia. Supervisão. Validação. Redação do manuscrito original. Redação final - revisão e edição.
E-mail: annah.barbara.santos@gmail.com / ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-6409-817X

COMO CITAR

Silva, M. Y., Fonseca Filho, A. S., & Santos, A. B. P. (2026). Hospitalidade e hostilidade: estereótipos, expectativas e percepção de pertencimento dos descendentes de japoneses no Brasil. *Revista Hospitalidade*, 23, e1316, 2026. https://doi.org/10.29147/revhosp.v23.1316